

A AGRICULTURA FAMILIAR: REFLEXÕES A PARTIR DO MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO (MG)

Lidiane Aparecida Alves

Mestranda da Universidade Federal de Uberlândia

lidianeaa@yahoo.com.br

RESUMO

Na década de 1990 evidenciou-se as potencialidades da agricultura familiar para o desenvolvimento socioeconômico do espaço rural, e, por conseguinte da nação, mediante o fornecimento de gêneros alimentícios ao mercado interno, a geração de emprego e renda, entre outros. O presente artigo procura tecer algumas reflexões sobre a agricultura familiar no contexto rural brasileiro, a partir do exemplo do município de São Gotardo (MG). Neste sentido, são abordadas as principais contribuições teóricas acerca da agricultura familiar e suas conformações no espaço rural brasileiro, tendo em conta os processos históricos e as correntes epistemológicas materializados nas últimas décadas, quando foram mais intensas as transformações espaço rural brasileiro, no sentido de valorizar a agricultura familiar.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Potencialidades, Contexto, Município de São Gotardo (MG).

THE FAMILY FARMING: REFLECTIONS FROM SÃO GOTARDO (MG)

ABSTRACT

In the decade of 1990 one proved the potential of family farming to the socioeconomic development of the rural space, and therefore of the nation, by means the supply of food to the home market, the generation of job and income, among others. The article presents thoughts about the family farming in the rural Brazilian context, considering the example of São Gotardo (MG). So, the main theoretic contributions concern family farming and its resignations in the rural Brazilian space, considering the historical process and the current epistemological materialized in the last decades, when the transformations were more intense in the rural Brazilian space, in the sense of valuing family farming.

Key Words: Family farming, Potentialities, Context, São Gotardo (MG)

INTRODUÇÃO

Historicamente, os estudos e as políticas públicas referentes à questão agrária no Brasil dispensavam maior atenção às grandes unidades de produção, com discussões, conforme sugere Baiardi e Mendes (2007, p.28) principalmente no embate “sobre o caráter feudal ou capitalista da agricultura brasileira”, por vezes relegando e, até mesmo atestando o desaparecimento da agricultura familiar na medida em que a expansão capitalista e a modernização concretizassem. Contudo, ao contrário essas unidades produtivas persistiram, assumiram uma diversidade de formas, mostrando-se um modelo estável e sustentável capaz de viabilizar o desenvolvimento social, político e econômico do país, promovendo, dentre outras questões, a segurança alimentar, geração de emprego e renda, preservação ambiental e desenvolvimento regional e local. Ademais, o aumento dos conflitos sociais por terra e também pelas desvantagens da agricultura familiar frente à agricultura patronal moderna, ressalta a sua importância, antes desconsiderada, conforme destacado por Venâncio (2008).

Recebido em 05/04/2010

Aprovado para publicação em 13/10/2010

Após a década de 1990 tem-se tanto no âmbito acadêmico, com ampliação da publicação de teses e monografias, quanto na esfera governamental, com a implantação de políticas e programas públicos como o PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - e o PROGER - Programa de Geração de Emprego e Renda Rural-, o reconhecimento das potencialidades da agricultura familiar, aumentando a atenção dispensada a essa categoria de agricultores.

Antes da consagração da terminologia agricultura familiar, após os anos de 1990, essa categoria de produtores rurais recebia outras denominações como: camponês, pequeno produtor, lavrador, agricultor de subsistência, agricultor de baixa renda, agricultor familiar, conforme afirma Hespanhol (2000), cujo emprego dessas terminologias é influenciado, de acordo com Olalde (2004, p. 3) “pelo contexto social e pelas transformações sofridas por esta categoria, e pelas novas percepções sobre o sujeito social”. Porém, segundo Venâncio (2008) apesar dos esforços, não se chegou a uma denominação precisa que conseguisse explicar as heterogeneidades desse segmento de produtores no Brasil, que se encontra em dicotomia com os grandes fazendeiros.

Destarte, o rompimento da concepção que atribuía um caráter secundário à agricultura familiar e o reconhecimento de sua importância para a promoção do desenvolvimento econômico, social e político, embora tardiamente se comparado aos países desenvolvidos, constitui um grande avanço no âmbito do espaço rural brasileiro. Sob essa perspectiva, este texto tem como objetivo tecer algumas reflexões sobre a agricultura familiar no contexto rural brasileiro, tomando com base o município de São Gotardo (MG), constituindo uma pequena contribuição para o conhecimento de uma realidade particular.

Para atingir os propósitos do presente artigo buscou-se, primeiro, realizar uma reflexão sobre questões teóricas da agricultura familiar e suas conformações no espaço rural brasileiro, considerando as discussões e avanços no âmbito e político institucional. Em seguida, procurou-se tecer reflexões a partir da realidade socioespacial da agricultura familiar no município de São Gotardo (MG), considerando uma unidade produtiva familiar como exemplo, visto que as demais localizadas em seu entorno apresentam características semelhantes.

Anotações sobre a agricultura familiar no contexto rural brasileiro

Com o intuito de compreender a conjuntura da agricultura familiar no contexto brasileiro no presente momento, faz-se necessário remeter a processos históricos e a correntes epistemológicas materializados nas últimas décadas, quando foram mais intensas as transformações no âmbito desse setor.

Durante as décadas de 1950 e 1960 surge a necessidade de promover a industrialização no país, a fim de substituir as importações. Inerente a esse processo criou-se a ideologia de que a medida mais eficaz para alcançar o desenvolvimento seria a modernização da agricultura, baseada na grande propriedade fundiária. Frente a essa concepção, os principais estudiosos sobre a agricultura brasileira se colocaram em duas linhas de pensamento, de um lado teóricos como: Lambert (1959), Guimarães (1983), Prado Júnior (1966), entre outros, que acreditavam na agricultura como um entrave ao desenvolvimento do país, haja vista o caráter arcaico da estrutura agrária brasileira (latifúndio, colonato, parceria) em contraposição à porção do território que vinha absorvendo novas tecnologias e em constante transformação para a consolidação de uma sociedade urbano industrial. E de outro lado, estudiosos como Delfim Neto (1973) e Paiva (1968) que enfatizavam a funcionalidade da agricultura, pois, conforme colocado por Castro (1969), apesar das limitações, a agricultura ainda era capaz de atender aos requisitos da industrialização.

Contudo, em ambas as formas de entendimento da agricultura brasileira, como obstáculo ao crescimento do país ou com certa funcionalidade frente a esse crescimento, as unidades de produção familiar foram relegadas. Afinal, na primeira vertente os autores centralizaram suas análises na natureza das relações de produção e, sobretudo na presença do latifúndio, e na segunda linha de interpretação estavam mais preocupados em demonstrar que a agricultura não se constituía num obstáculo ao crescimento industrial do país, tendo cumprido satisfatoriamente suas funções. Além disso, propugnava-se que para a continuidade do crescimento econômico do país a única alternativa era a modernização do setor agrícola

(HESPANHOL, 2000).

A partir da década de 1970 são intensificadas as mudanças impulsionadas pelo capitalismo, no sentido de suscitar a modernização da agricultura brasileira. Assim, dentre as medidas adotadas pelo governo destacam a promoção da ocupação de áreas de fronteira agrícola, a implementação de políticas públicas voltadas para o espaço rural, o desenvolvimento e inovação tecnológica, cujas ações beneficiavam os grandes proprietários. Paralelamente, os debates e novas abordagens em torno do processo de modernização conservadora e referentes à pequena produção começavam a ganhar destaque. Nesse contexto, concretiza a refutação da tese de teóricos marxistas, como Kautsky (1980) e Lênin (1988), que a partir de análises na Rússia, propunham que a expansão do capitalismo no campo resultaria na expropriação e assalariamento dos camponeses e no fim da exploração rural familiar. Tem-se a efetivação da funcionalidade da propriedade latifundiária como também da familiar, dentro do modo de produção capitalista, conforme apontado por Graziano da Silva (1978), Delgado (1985), Veiga (1991), Abramovay (1992), Guanzioli et al. (2001) e Mendes (2005), porém, com significativas transformações, de ordem política, econômica, cultural nas unidades produtivas familiares.

A partir desse momento, os trabalhos referentes à agricultura familiar ganharam um espaço relativamente amplo, ainda que sobre o viés da pequena produção, englobando diferentes formas de acesso à terra, como a de pequenos proprietários, arrendatários, parceiros, posseiros, ocupantes, etc, não considerando a posse da terra, porém diferentes de campesinato, que ao contrário estava associado a um conteúdo político e ideológico, e portanto, mais abrangente como exposto por Hespanhol (2000)².

A conjuntura da década de 1980, marcada pelo fim do regime militar, surgimento de movimentos populares, e aprofundamento da crise econômica serviu de “cenário” para a intensificação dos debates sobre a modernização da agricultura no país e, posteriormente, sobre a importância da pequena produção para solucionar parte dos problemas sociais e econômicos. Os estudos, num contexto mais geral, eram sobre processo de modernização da agricultura, considerando a exclusão ou inserção dos pequenos produtores nesse processo, visto que, conforme exposto por Graziano da Silva (1998) o objetivo primordial do governo brasileiro era produzir para a exportação, priorizando os investimentos nas grandes unidades de produção.

Porém, após a segunda metade dessa década, foram buscados novos vieses para estudar a agricultura familiar, discutindo sua viabilidade econômica, a heterogeneidade de formas de produção familiar e as perspectivas dos agricultores familiares, além de continuar os estudos iniciados nas décadas precedentes relacionados aos processos de produção integrados com agroindústrias, e a formação de cooperativas. Assim sendo, a partir da segunda metade da década de 1980 e início dos anos de 1990, muitos autores começaram a questionar a utilização da terminologia pequena produção para se referir à unidades de produção familiares, em decorrência do contexto instalado, visto que

[...] sob a denominação de pequena produção estavam agrupadas diferentes formas de acesso à terra e de relações de produção de diversas categorias como proprietários, parceiros, arrendatários, ocupantes, etc, que estruturados com base no trabalho dos membros da família, tinham como objetivo principal, a subsistência do grupo doméstico, comercializando o excedente no mercado. Entretanto, com o processo de modernização da agricultura, parcela desses produtores, com capacidade de capitalização, de acesso ao

² Ainda, segundo a perspectiva desta autora os trabalhos sobre a agricultura familiar desse período podem ser agrupados, em linhas gerais, em duas tendências: como relação não capitalista e como subordinada ao capital. A primeira tendência seria decorrente da fragilidade com que o capital se inseriu na agricultura brasileira, possibilitando a criação e permanência de formas não capitalistas de produção, e de um modo de produção específico em que o “roçado” possibilitaria o acesso aos bens necessários à reprodução. A segunda tendência, por sua vez, seria fruto da consolidação das inovações tecnológicas que foram absorvidas pelas pequenas unidades de produção, principalmente via integração com agroindústrias. Nessa tendência Hespanhol (2000) cita os trabalhos de Tavares dos Santos (1978) sobre as relações entre os produtores de uva e a indústria vinícola, Liedke (1977) sobre os produtores de fumo e a indústria de cigarros ambos no Rio Grande do Sul, e Graziano Neto (1977) sobre os produtores de tomate a indústria de molhos em São Paulo, entre outros.

crédito de absorção tecnológica, de inserção ao mercado, etc. passou a se diferenciar dos demais, tornando difícil sua identificação apenas como produtores de pequenos volumes (em termos de quantidade ou de valores) ou de gêneros de subsistência. (HESPANHOL, 2000, p. 76).

A partir da instauração de um novo contexto na década de 1990 e do embasamento nos estudos de cunho internacional, apontando a importância das unidades de produção familiar para o desenvolvimento econômico e modernização da nação, através de estudos de caso regionais e locais comprovando a potencialidade da agricultura familiar, a mudança de perspectiva em relação às questões ambientais, sociais e econômicas, além da opção do governo brasileiro em investir na agricultura familiar a fim de promover o desenvolvimento do espaço rural, possibilitou, conforme colocado por Abramovay (1995), abrir um novo campo de estudo onde o objeto não é tanto a constatação da inevitável pobreza e degradação das unidades familiares, mas, cada vez mais o seu potencial de crescimento econômico.

Nessa conjuntura, destaca-se um leque de aspectos relacionados à agricultura familiar que passaram a compor os estudos referentes à temática. Dentre os quais destacam aqueles inerentes a estrutura produtiva; a inserção social e econômica; as formas de organização; as políticas públicas destinadas à essas unidades e as estratégias de diversificação de atividades, com destaque para a pluriatividade e a multifuncionalidade. Hespanhol (2000) e Mendes (2005), entre outros autores, destacam que grande parte das análises referentes à agricultura familiar, desenvolvidas a partir desse momento, têm em comum a concepção de unidade familiar como aquela estruturada no tripé trabalho, terra e família, ou seja, conforme a proposta da FAO/IN CRA e o pensamento de Lamarche (1993), que consideram a agricultura familiar como a unidade de produção onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. Todavia, existem posturas teórico-metodológicas divergentes, resultando em outra vertente de análise da produção em base familiar no Brasil. São os estudos embasados no conceito de campesinato, que tem na luta pelo acesso à terra o eixo fundamental de análise, conforme destacado por Marafon (2006).

Tradicionalmente a agricultura familiar foi responsável pela produção de alimentos destinados à subsistência e ao consumo de parte da população urbana, porém contraditoriamente, esse setor não foi beneficiado por meio das políticas agrícolas e conforme destacado por Sampaio (2002), o sistema econômico pouco valoriza os produtos de origem agrícola, que passam a oferecer baixos níveis de renda. Com efeito, como estratégia para a reprodução dos agricultores, consolida-se no meio rural por alienação ou vontade própria do agricultor, a combinação de várias atividades.

As noções da agricultura em tempo parcial (*Part-time farmer*) e pluriatividade (*pluriactivité*) emergiram na década de 1930 na Europa, para designar os processos de diversificação de culturas e de atividades dos agricultores a fim assegurar a complementação da renda, maior estabilidade, menor dependência do mercado, entre outras. Essas noções passaram por um período de esquecimento e após a década de 1970 foram introduzidas no Brasil e amplamente, sobretudo a partir dos anos de 1990 por estudiosos como Anjos (1995); Teixeira (1998); Alentejano (1999); Schneider (1999); Carneiro (2006) entre outros. Alentejano (1999) destaca que embora essas expressões designem o mesmo fenômeno, muitas vezes sejam utilizadas como sinônimas, elas guardam diferenças importantes, sendo a pluriatividade a mais adequada para a análise da dinâmica agrícola, visto que seu foco de análise é a família, e não somente o chefe. Assim, está pautada na possibilidade de combinação de atividades diferenciadas por toda a família, de acordo com a sazonalidade do trabalho agrícola, bem como na viabilidade de parte da família dedicar-se integralmente às atividades agrícolas e parte à outras atividades, ou seja, conforme lembra Schneider (2003) trata-se da combinação de mais de uma atividade ocupacional por pessoas que pertencem a uma mesma família, sendo que dependendo do contexto em que as famílias estão inseridas essas atividades podem assumir grande variedade³.

³ Com o intuito de ampliar o entendimento da noção de pluriatividade, Schneider (2006) propõe cinco tipos, a saber: *Pluriatividade Intersetorial*, quando há a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas; *Pluriatividade de Base Agrária*, quando ocorre a terceirização de fases do processo de produção; *Para-Agrícola*, decorrente da transformação de produtos agrícolas; *Trabalho Informal* trabalhos temporários e esporádicos, e *Tradicional ou Camponesa* decorrente

Ademais, a noção de pluriatividade abarca além da dimensão econômica, pois conforme exposto por Graziano da Silva (1999) inclui atividades, realizadas pelos produtores, que nem sempre são remuneradas em dinheiro, mas, com pagamento através de trocas de serviços e outros arranjos informais, ou seja, ocorrem processos que envolvem funções sociais e culturais.

Em nível de Brasil, pode-se inferir que o contexto de crise econômica da década de 1980, e a abertura comercial nos anos seguintes, colocando no mercado interno produtos subsidiados vindos de outros países, viabilizaram a diversificação de atividades no espaço rural como forma de garantir a permanência do homem no campo. Diante desse contexto, devemos considerar a pluriatividade como estratégia para reter a população rural pobre no seu local de moradia e elevar seu nível de renda conforme apontado Graziano da Silva (1996).

Ao congregar questões como contribuição à segurança alimentar⁴; à preservação ambiental; às funções econômica e social e a manutenção do tecido social e cultural, surge também em contexto europeu a noção de multifuncionalidade. Sobre esse conceito, Soares (2001) destaca as reflexões da FAO e de outras instituições, sobre a evolução da agricultura e sua relação com a segurança alimentar, produtividade e sustentabilidade, as quais foram iniciadas nas décadas de 1970 e 1980, embasaram, na ECO 92, os debates enfatizando o caráter da multifuncionalidade da agricultura, que a partir de então ganhou notoriedade, visto o reconhecimento da importância da agricultura para o desenvolvimento de outros setores⁵.

Assim, no contexto francês, segundo Laurent (2000) a multifuncionalidade é entendida como um conjunto de contribuições da agricultura a um desenvolvimento econômico e social considerado na sua unidade. Ainda de acordo com essa autora, tal conceito incorpora a noção de pluriatividade, o qual seria uma dimensão da multifuncionalidade.

Conforme já evidenciado cientificamente⁶, há uma tendência de modificação do espaço rural brasileiro, com o crescimento no número de famílias que vivem no espaço rural, bem como uma diferenciação na forma de obtenção de rendas nesse espaço, sendo a pluriatividade um dos fenômenos que viabiliza tal fato. Mendes (2005) aponta que essa seria uma forma de promover a fixação do homem no campo e reduzir os efeitos negativos do processo de modernização. Porém, deve-se considerar, além desse viés predominantemente “econômico”, a dimensão social e de cidadania, intrínsecos à noção de multifuncionalidade da agricultura familiar, na medida em que firma uma gama de relações com a segurança alimentar, com destaque para o provimento de alimentos; com a função ambiental, enfatizando a conservação dos solos, águas e da biodiversidade; com a função econômica apresentada a sua eficiência econômica e a com função social no âmbito desde os valores culturais, conforme ressaltado por Maluf (2003), até a geração de emprego e renda segundo Soares (2001).

Em decorrência da concretização do processo de globalização, da reestruturação econômica e espacial, e da presença de problemas sociais, econômicos e ambientais frutos das políticas adotadas nas últimas décadas de um lado; bem como do reconhecimento das potencialidades da agricultura familiar no sentido de fornecer gêneros alimentícios ao mercado interno, de gerar de emprego e renda, de garantir a qualidade de vida, de outro lado, assiste-se uma intensificação na valorização da agricultura familiar nos anos de 2000, conforme colocado por Wanderley (2000, p.24) “pela primeira vez na história, a agricultura familiar foi oficialmente reconhecida como um ator social”.

Esse reconhecimento deve-se à racionalidade e potencialidade específicas dessa tipologia de

da prática de diversas atividades relacionadas ao campo, como fabricação de artefatos como balaios e arreios, a fim de reduzir a dependência externa.

⁴ Segundo Lavinhas e Nabuco (1996) a noção de segurança alimentar e nutricional significa o direito inquestionável de todos os cidadãos o acesso a alimentação de qualidade, em quantidade suficiente em todas as fases da vida.

⁵ De acordo com Soares (2001) a OECD – *Declaration of Agricultural Ministers Committee*. 1998 reconheceu que “além de sua função primária de produção de fibras e alimentos, a atividade agrícola pode também moldar a paisagem, prover benefícios ambientais tais como conservação dos solos, gestão sustentável dos recursos naturais renováveis e preservação da biodiversidade e contribuir para a viabilidade sócioeconômica em várias áreas rurais ... Agricultura é multifuncional quando tem uma ou várias funções adicionadas ao seu papel primário de produção de fibras e alimentos”.

⁶ Dentre os estudos, destacam-se aqueles no âmbito do Projeto Rurbano, que busca a Caracterização do novo rural brasileiro, 1992/1999-Fase III; Schneider (2003), entre outros.

agricultores. Afinal, segundo dados primários disponibilizados, por órgãos como o IBGE (1995/96), existem no Brasil 4.859.864 estabelecimentos rurais, dos quais 4.139.369 são estabelecimentos familiares, representando, portanto, 85,2% do total de estabelecimentos; 554.501 estabelecimentos patronais, compondo 11,4% do total de unidades produtivas, e o restante formado por aqueles estabelecimentos cujo proprietário é “Instituição Pia ou Religiosa” ou “Governo” (Federal, Estadual ou Municipal). Sob essa perspectiva, influenciada por condições históricas pode-se inferir a ocorrência da concentração das unidades produtivas familiares em determinadas áreas, formando “agrupamentos” de pequenas propriedades.

Sob a ótica da capacidade de gerar emprego, a agricultura familiar se destaca, pois do total 17,3 milhões de postos trabalho na agricultura brasileira, dispõe de cerca de 13 milhões empregos, sendo responsável por 77% de ocupação no espaço rural. Ademais, se considerada a renda total por hectare, a agricultura familiar se mostra mais eficiente que a patronal, produzindo uma média de R\$ 104/ha/ano contra apenas R\$ 44/ha/ano dos agricultores patronais, sendo responsáveis por cerca de 38% de toda a produção nacional⁷ e fornecendo em média 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira (cerca de 67% do feijão, 84% da mandioca, 49% do milho, 58% da produção de suínos, 52% da bovinocultura de leite e 40% de aves e ovos). Nas regiões Norte e Sul os estabelecimentos familiares chegam a ser responsáveis por mais de 50% da produção de alimentos. Entretanto, o montante de recursos destinados ao financiamento à agricultura familiar ainda permanece baixo, contando com apenas aproximadamente 25% do financiamento total, bem como o acesso a assistência técnica, utilizada por apenas 16,7% dos produtores familiares, contra 43,5% entre os patronais (FAO/INCRA, 2000). Assim, temos que, em virtude da própria importância do latifúndio na formação da agricultura brasileira, o setor patronal é nacionalmente dominante, porém agricultura familiar é economicamente expressiva (ABRAMOVAY, 1992).

Longe de se apresentar como uma categoria homogênea, os agricultores familiares apresentam diferenciações socioeconômicas, as quais embasaram a subdivisão do grupo pela FAO/INCRA, nos tipos A, B, C e D, contabilizados a partir do número de estabelecimentos: respectivamente, agricultores capitalizados (406.291), em processo de capitalização (993.751), em descapitalização (823.547) e descapitalizados (1.915.780 estabelecimentos). Nessa direção, Guanzirolí et al. (2001) adotam uma divisão dos produtores rurais em apenas três categorias distintas, a saber, os capitalizados, aqueles que acumularam capital material e dispõem de mais recursos para a produção, por vezes possuem maior potencialidade de vir a ser um produtor patronal; em vias de capitalização são os produtores que apesar de possuírem alguma renda essa não garante a segurança nem a sustentabilidade, podendo essa categoria de produtores conseguirem a capitalização ou o contrário; e por fim os descapitalizados os quais possuem uma renda insuficiente para assegurar sua permanência no campo, sendo necessário recorrer a outras atividades para a sobrevivência.

São vastas as concepções, interpretações e propostas em relação à agricultura familiar fornecidas pelos pesquisadores acadêmicos e técnicos governamentais responsáveis pelo rural brasileiro, decorrente dos debates e por conseguintes dos avanços acerca do reconhecimento de sua importância para o desenvolvimento agrícola do país. Destarte, corrobora-se com a vertente, defendida por Abramovay (1992), a qual tem como pressupostos que a agricultura familiar não pode ser tomada como sinônimo de pequena produção, haja vista o dinamismo identificado nesse segmento do produtivo do espaço rural; o papel da agricultura familiar para o desenvolvimento econômico e transição da economia rural para a urbana, nos países capitalistas centrais, evidenciando uma sociedade mais igualitária; e a pujança da expressão econômica, muito significativa e em alguns casos até majoritária, dos agricultores familiares mesmo em uma conjuntura que não viabiliza tal fato.

Vale acrescentar, aqui, então que a agricultura familiar constitui-se conforme colocado por Abramovay (s.d) a expressão mais acabada do desenvolvimento agrícola, vide o exemplo dos

⁷ De acordo, com a FAO/INCRA, “apesar de ser significativa a quantidade de estabelecimentos familiares, muitos possuem área muito pequena, destinada principalmente para moradia e plantio para subsistência, assim percentual é elevado, principalmente quando considerado que a pecuária de corte e a cana-de-açúcar, produtos tipicamente patronais e de alto valor agregado, têm um importante peso no VBP da Agropecuária Nacional.”

países capitalista centrais em que a potência agrícola está embasada na agricultura familiar, sendo o trabalho assalariado a exceção nesse contexto. Para a concretização desse desenvolvimento rural de modo sustentável, Guanziroli et al. (2001) colocam que nos países da Europa e EUA ocorreu uma modernização da agricultura, em consonância com as restrições ecológicas e socioeconômicas; havia o consenso da necessidade modernizar o campo, mas a também de que esse processo deveria ocorrer sem gerar desemprego.

Assim sendo, a partir do reconhecimento da capacidade político-estratégica, bem como da eficiência em absorver os progressos tecnológicos e responder a demanda do setor urbano industrial da agricultura familiar, torna-se imperativo a institucionalização de políticas públicas que beneficiem a agricultura familiar, que em contra-senso, apesar de relativos avanços, ainda encontra-se relativamente marginalizada no contexto rural brasileiro.

Ainda que tardiamente, de forma incipiente, com obstáculos e equívocos se comparado com a realidade de outros países, foram implantadas no Brasil algumas políticas públicas voltadas para a agricultura, como o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, criado a partir do Plano de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PLANAF) lançado em 1995 e regulamentado em 28 de julho de 1996, com o Decreto Presidencial nº 1.946, como programa (PRONAF).

Ao pautar-se na noção de gestão social, fundamentada na descentralização; na participação e no estabelecimento de parcerias, reconhecendo, que o desenvolvimento rural requer a sinergia entre as ações em várias escalas, o PRONAF, nas palavras de Abramovay (1998) “introduziu um primeiro enfoque territorial na política agrícola”. No entanto, apesar de ter sido estruturado nas escalas federal, estadual e municipal, Hespanhol (2000) aponta que as decisões políticas e econômicas ficam a cargo do governo federal, restando aos agricultores, ou suas representações e ao poder público municipal à execução e fiscalização do programa.

O PRONAF foi institucionalizado numa conjuntura apontada por Venâncio (2008) em era crescente à necessidade de intervenção estatal frente ao quadro de ampliação da exclusão social e o fortalecimento dos movimentos sociais rurais. Ademais, a fim de reverter esse contexto, uma medida adotada pelo programa foi a apreensão de variáveis apresentadas pelo documento da FAO/INCRA. Contudo, conforme apontado por Hespanhol (2000) e Guanziroli (2006) em virtude de pressões políticas e a extinção do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária – PROCERA, o PRONAF não estaria atendendo, prioritariamente os agricultores dos estratos mais fragilizados com capacidade de ascensão, conforme recomendado, mas ao contrário os agricultores familiares do “topo da escala”. Sob a mesma perspectiva, autores como Guanziroli (2006) reconhece que, no leque de agricultores familiares os mais beneficiados seriam aqueles que participaram da modernização conservadora, e complementa que, podemos verificar alta participação das liberações para fumo e soja sobre o total financiado; e paralelamente, baixíssima participação de liberações para a produção de arroz, feijão e outros produtos dirigidos ao mercado interno.

Os beneficiários do PRONAF podem ser individuais ou coletivos. E as linhas de créditos desse programa estão agrupadas em quatro eixos básicos, o PRONAF Crédito Rural; o PRONAF Infra-estrutura e Serviços nos municípios, o PRONAF Capacitação e Profissionalização e o PRONAF negociação de Políticas Públicas⁸.

Guanziroli (2006) coloca que em muitos estabelecimentos familiares marginalizados a Renda Monetária é negativa, necessitando de recursos externos, como aposentadoria, para investir na propriedade, sendo assim, uma política de crédito focalizada nos setores mais carentes do meio rural poderia ser um contra-senso, já que eles não têm atividade que sustente ou demande esse tipo de política, o que justifica a necessidade de políticas agrárias e sociais e não de crédito, conforme a proposta de 1996 da (FAO/INCRA).

Diante do exposto, embora os recursos liberados pelo PRONAF sofram aumentos, e conjuntamente, mais de 50% dos agricultores que tomaram crédito pelo PRONAF nunca tinham anteriormente realizado uma operação de financiamento bancário conforme colocado por Guanziroli (2006), ainda são tênues os avanços positivos no âmbito dessa política pública,

⁸ Para mais detalhes sobre os beneficiários e sobre as linhas de crédito do PRONAF ver DESER (1999).

sendo evidente a necessidade de subsídios destinados à agricultura familiar superiores aos atuais.

As políticas públicas e seus reflexos no município de São Gotardo (MG)

Na década de 1970, contexto em que o Estado brasileiro buscava alavancar o processo de ocupação das áreas de cerrado, conforme colocado por Oliveira e Soares (2002), que ainda não estavam integradas ao processo produtivo, foi decisiva a implantação de projetos de colonização, dentre os quais destacam no âmbito do Estado de Minas Gerais, o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER)⁹.

A implantação do PADAP ocorreu no ano de 1973, quando o governo brasileiro adquire condições econômicas para promover a exploração do Cerrado¹⁰. Esse programa abrange área contígua de cerca de 60.000 ha pertencente aos municípios de Campos Altos, Ibiá, São Gotardo e Rio Paranaíba, onde havia um grande latifúndio de aproximadamente 20.000 ha. A Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC) criada em 1927, já extinta, teve um papel fundamental no processo de distribuição dos lotes aos migrantes, principalmente de nacionalidade ou descendência japonesa¹¹, selecionados a ocupar e desenvolver a agricultura na região.

Características específicas, como a posição estratégica entre os principais mercados consumidores nacionais – Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Brasília; a topografia favorável à mecanização; e a existência de uma boa infra-estrutura de energia e transporte na região, conforme apontado por Santos (2007), França 1984, Pessôa (1988), entre outros, tiveram grande relevância na escolha dessa área para a implantação do PADAP, visto que era objetivo desse programa promover a difusão das inovações tecnológicas e a modernização da agricultura, e indiretamente fortalecer as indústrias e implementos agrícolas. Ainda de acordo, com esse autor no ano de 1983 predominavam as seguintes culturas na área do PADAP, soja (75%), milho (13%) e café (12%). Contudo após o final da década de 1980, melhoramentos genéticos, inicialmente da cenoura, permitiram a diversificação das culturas na região, conforme colocado por Santos (2007)

[...] com as propriedades produzindo durante todo o ano, e não apenas tendo uma ou duas safras como acontecia com a soja, o milho e o café, produtos que antes predominavam na região. A intensificação da produção possibilitou que as propriedades fossem capazes de sustentar mais de uma unidade domiciliar, tornando desnecessário que os filhos dos colonos emigrassem em busca de novas terras para garantir a sobrevivência de suas famílias recém constituídas. Além do uso mais intensivo da terra, a utilização de tecnologias modernas de cultivo também favoreceu o aumento da produção agrícola da região. (SANTOS, 2007, p.13).

A diversificação de culturas, produção de commodities, mas também hortaliças permitem classificar o padrão de ocupação agropecuário promovido pelo PADAP como relativamente bom. Cabe destacar, ainda como remanescente desse projeto a criação no ano de 1994, da Cooperativa Agropecuária Mista do Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba Ltda (COOPADAP), a qual é incumbida do recebimento, beneficiamento, armazenagem e comercialização de cereais, grãos e hortifrutigranjeiros, bem como a revenda de insumos agrícolas¹².

⁹ Será considerado mais pormenorizadamente somente o PADAP, visto que o objetivo do estudo não compreende a análise dos projetos de colonização.

¹⁰ A esse respeito Pessôa (1988) destaca a criação do Centro de Pesquisa de Agropecuária do Cerrado (CPAC) da EMBRAPA, para o desenvolvimento de estudos sobre as potencialidades dos cerrados.

¹¹ França (1984) destaca que os colonos que vieram em sua maioria (70%) do estado do Paraná, sendo as principais razões da emigração os seguintes fatores: a insuficiência de terra no local de origem, o baixo preço da terra no PADAP e os incentivos da Cooperativa Agrícola de Cotia.

¹² Vale ressaltar ainda que, segundo informações do Anuário do Cooperativismo Mineiro, 2007, a COOPADAP ocupa o 8º lugar em patrimônio líquido e o 11º em receitas totais. E ainda, no ranking das cooperativas agropecuárias de Minas Gerais constitui-se a 2ª em riqueza média gerada por associado e a 4ª em relação aos valores de salário médio por empregado.

O PADAP se insere no conjunto de políticas públicas voltadas para a modernização do campo, e que, portanto, conforme destaca Corrêa (1995), produz impactos na estrutura fundiária, nas relações sociais de produção, nos sistemas agrícolas, nos produtos cultivados, no habitat rural, na mobilidade demográfica, substancialmente ampliada, na refuncionalização dos centros urbanos pré-existentes, etc. Todavia, apesar de ter apresentado aspectos negativos, como a marginalização de parte da população local do processo produtivo, incorporando-a como mão de obra temporária; a especulação no preço das terras e a devastação de grandes áreas do ecossistema de cerrados, conforme colocado por Pêsoa (1988), o PADAP foi eficaz na implementação de uma agricultura moderna, servindo de embasamento para a elaboração de outros programas de colonização nas áreas de cerrado pelo governo brasileiro, bem como proporcionou a dinamização da economia local, na medida em que demandou a implantação de novas atividades para atender a demanda da agricultura (crédito, insumos, maquinário, entre outros) e dos novos produtores que passaram a dispor de mais recursos para o consumo.

Neste contexto, o município de São Gotardo com uma área territorial de 853 Km², localizado na mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba¹³, no chapadão da “Mata da Corda”, conforme indicado no mapa 1, no divisor de águas das bacias São Francisco e Paranaíba (IGA / CETEC, 1999), passou por significativas transformações.

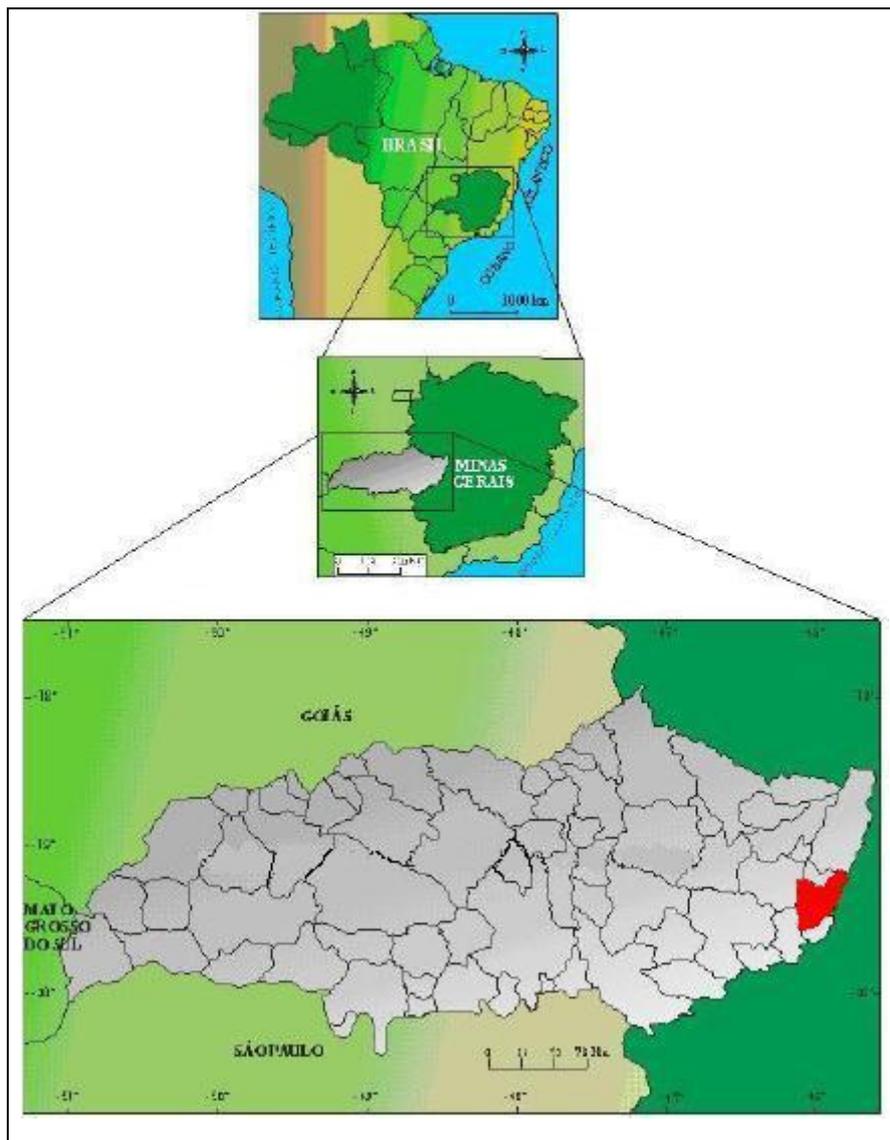
A região e particularmente o município de São Gotardo foram ocupados a partir de meados do século XVIII, quando expedições que adentravam o sertão em busca de minerais, fundaram fazendas e povoados. Em 1836, Joaquim Gotardo de Lima e sua família, procedentes do arraial de Carrancas, Sul de Minas, chegaram às cercanias, onde a partir da chegada de outros imigrantes formou-se um arraial denominado Confusão¹⁴. Posteriormente, através da lei 575, de 04 de maio de 1852, o povoado foi elevado à categoria de Distrito de Paz, chamado São Sebastião do Pouso Alegre pertencente ao município de Pitangui até 1859, quando passou a pertencer a Rio Paranaíba (então, São Francisco das Chagas do Campo Grande). Em 1885, em homenagem ao responsável pela fundação do povoado, Joaquim Gotardo de Lima, o distrito passou a ser denominado de São Gotardo, logo depois em 18 de setembro de 1914, de acordo com a Lei 622, o município foi emancipado e desmembrado.

O município, conforme demonstrado na tabela 1, com base no último censo demográfico contava com aproximadamente 30 mil habitantes, dos quais mais de 90% eram residentes da zona urbana, e cerca de 8% referente à população rural. Vale realçar também, que as taxas médias de crescimento, se destacaram sendo superior à média mineira, principalmente no decorrer da década de 1990, quando esses índices chegaram a valores máximos, dentre outros fatores devido entrada de migrantes vindos de outras regiões do país, principalmente do nordeste, em busca de emprego na agricultura. Estima-se que atualmente cerca de 30% do total populacional do município é composto por essa última corrente migratória. Cabe enfatizar ainda que anteriormente, nas décadas de 1970 e 1980 predominou a emigração de japoneses para o município. Porém em relação à população residente na zona rural observa-se um decréscimo, indicando a concretização do êxodo-rural.

A economia do município, tradicionalmente esteve atrelada ao garimpo e à agropecuária extensiva, visto a fertilidade natural dos solos de origem vulcânica presentes na região. Contudo, a partir da década de 1970, com a implementação do Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba – PADAP na região foram muitas as mudanças na configuração e dinâmica econômica desse município. Nesse sentido, ocorreu uma verdadeira transformação nas formas de utilização do solo, com a introdução de cultivo de produtos como a cenoura, o alho, a soja, o trigo e a batata com rápida expansão nas safras e produtividade, cujos reflexos foram sentidos na paisagem rural e na dinâmica regional.

¹³ Divisão do Estado de Minas Gerais em 12 mesorregiões geográficas, segundo a organização político-administrativa proposta pelo IBGE

¹⁴ Topônimo justificado por duas versões. A primeira que a designação vem do fato dos bandeirantes do sertão mineiro envolver em uma emboscada, uma “confusão”, com os negros do Quilombo dos Poções e os índios Araxás que eram guerreiros e habitavam Guarda dos Ferreiros, hoje distrito de São Gotardo. Nesse distrito está a nascente de um córrego ao qual se foi denominado Confusão assim como o povoado cortado por ele. E a segunda versão, certamente a mais admissível, advém de que, onde foi fundado o arraial havia uma fazenda denominada Confusam, cujo nome foi modificado para Confusão pelos moradores da região



Fonte: OLIVEIRA, L.F.M.D, 2006; Adaptado por: ALVES, L. A, 2009.

Mapa 1- São Gotardo (MG) - Localização do Município

Tabela 1

São Gotardo (MG) População total residente, por localização urbana e rural, e taxas médias de crescimento anual (%), 1970 / 2000

São Gotardo	Loc.	1970		1980		1991		2000		Taxas Médias de Crescimento anual (%)			
		Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	70/80	80/91	91/00	70/00
São Gotardo	Urb.	8.624	47,3	12.512	72,2	16.520	83,9	25.523	92,4	3,8	2,6	10,3	3,7
	Rur.	9.599	52,7	4.813	27,8	3.177	16,1	2.108	7,6	-6,7	-3,7	-9,6	-4,9
	Total	18.223	100	17.325	100	19.697	100	27.631	100	-0,5	1,2	7,9	1,4

Fonte: IBGE. Censos Demográficos. 1970, 1980, 1991 e 2000. Org. ALVES, L. A , 2009.

No que tange à estrutura fundiária, conforme os dados da tabela 2, quantitativamente tem-se o predomínio dos pequenos estabelecimentos de até 50ha, segundo informações do diagnóstico municipal SEBRAE/MG (2001), representando 61,5% do total, porém ocupando apenas 12,6%

da área total. Em contrapartida as propriedades de dimensão acima de 200 ha constituem apenas 9% do total, mas ocupam quase 63% do território municipal, indicando a ocorrência do processo de concentração de terras no município, pois as grandes propriedades ocupam a maior parte da área rural

Tabela 2

São Gotardo (MG) Estrutura Fundiária segundo número e estabelecimento e área (%), 1996

Nº de estabelecimentos	Total	Até 10 ha	10 a 50 ha	50 a 200 ha	200 a 1000 ha	Acima de 1000 ha
	879	24,1	37,4	29,5	8,4	0,6
Área	73.355	1,2	11,4	34,5	38,5	14,4

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1996. Org. ALVES, L. A, 2009.

Em relação à utilização das terras, destacam os usos voltados para a pecuária, representado pela significativa extensão da área ocupada por pastagens; seguido pelos usos destinados à agricultura, ocupando, respectivamente, cerca de 70% e 13% da área total, além das matas e florestas, representado aproximadamente 9,5% das terras (diagnóstico municipal SEBRAE/MG, 2001). Nesse sentido, na pecuária destacam entre os efetivos o rebanho bovino, visto ser comum na região a prática da pecuária extensiva e semi-intensiva mista, ou seja, combinar a criação de gado de corte com o manejo de vacas leiteiras, com destaque para a presença da raça holandesa meio sangue ou 7/8. Os demais efetivos compõem-se de eqüinos, suínos, aves e outros conforme os dados do censo demográfico do IBGE (tabela 3).

Tabela 3

São Gotardo (MG) Efetivos da pecuária Municipal, 2006

Efetivos	Bovinos	Eqüino	Suínos	Aves	Outros ¹
Número de cabeças	43.825	601	936	20.627	659

Nota da tabela: ¹bubalinos, asininos, muares, caprinos e ovinos.

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 2006. Org. ALVES, L. A, 2009.

Entre as culturas que se destacam na produção municipal de acordo com o censo agropecuário de 2007, são a cana-de-açúcar, milho, batata, cebola e café, conforme representada na tabela 4. Cabe enfatizar, aqui uma particularidade, parte da zona produtora de São Gotardo, que coincide com os loteamentos do PADAP, localiza-se fora da jurisdição municipal, apesar dos produtores serem residentes na cidade de São Gotardo. Esse fato reflete no PIB municipal, onde o setor terciário apresenta maior importância relativa, seguido do primário e finalmente do setor secundário.

Tabela 4

São Gotardo – MG – Principais culturas agrícolas, 2006

Cultura	Abacate ¹	Café ¹	Alho	Batata inglesa	Cana açúcar	Cebola	Feijão	Milho	Soja
Produção (Ton)	1.499	2.961	780	3.300	17.500	3.465	600	22.020	3.300

Nota da tabela: ¹lavouras permanentes

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 2006. Org. ALVES, L. A, 2009.

A agricultura familiar no município de São Gotardo (MG)

O período técnico-científico-informacional, consubstanciado após a década de 1970, foi responsável por diversas transformações engendradas no espaço rural, de um lado produziu uma moderna rede agrícola, e de outro determinou a criação e/ou fortalecimento de novos

processos, formas e atores, como por exemplo, a multifuncionalidade das unidades produtivas baseadas no trabalho familiar.

No município de São Gotardo, desde sua ocupação, faz-se presente a agricultura familiar. A fim de buscar compreender e interpretar as especificidades desta, foi selecionada uma propriedade localizada na *Fazenda Capão Grande* (Imagem 1) a oeste e distando cerca de 3 Km da sede municipal. A opção por essa propriedade para uma análise mais pormenorizada acerca das condições da agricultura familiar no referido município, justifica-se pelos seguintes elementos: a) assim como grande parte dos estabelecimentos com essa função apresenta área inferior a 50 ha; b) espacialmente localizada num *bolsão* de pequenas propriedades; c) a unidade produtiva é explorada, basicamente, pela família que é residente na propriedade; d) produtos e forma de produção semelhante às demais unidades produtivas; e) ser beneficiária de recursos do PRONAF. Além disso, as análises pautaram-se no processo produtivo, considerando alguns elementos, como a origem, a posse da terra, os tipos de cultivos predominantes, as relações econômicas, acesso às técnicas e as condições socioeconômicas.



Fonte: Google Earth. Adaptado por ALVES, L.A.2009.

Imagem 1: São Gotardo (MG) Localização das Fazendas Capão Grande, Coqueiros e Caldeirão

O processo de formação da área, que abarca as “*Fazendas Coqueiros, Capão Grande e Caldeirão*”, favoreceu a formação de pequenas propriedades. A divisão das terras, que já possuíam dimensões relativamente pequenas em meados do século XX entre os herdeiros, mais numerosos neste período, possibilitou que ao longo dos anos fossem formadas propriedades menores, congregadas em um “bolsão”.

O agricultor considerado, assim como grande parte dos demais residentes nessa área, são proprietários da terra, sendo que pelo menos parte da unidade produtiva foi adquirida por meio de herança, fundamentalmente, dos pais, que assim como seus antepassados, nasceram no local e mantinham estreitos vínculos com a terra. Conforme colocado por Abramovay (2000) o caráter familiar da produção repercute-se não só na maneira como é organizado o processo de

trabalho, mas nos processos de transferência hereditária e sucessão familiar. Nessa perspectiva, observa-se que o agricultor vê a propriedade da terra como uma segurança, a qual pode oferecer a ele condições de reprodução e manutenção de um patrimônio a ser passado para as próximas gerações, assim como a manutenção de valores e lembranças. Com efeito, o valor dessa terra está além do valor de negócio.

Entre as atividades agrícolas da unidade produtiva em questão, assim como as demais dessa área, destaca as plantações de cana para a fabricação de rapadura e aguardente, seguido das plantações de café, milho e feijão, combinado com atividades de pecuária mista (gado para corte e leiteiro). Assim, a partir da combinação de mais de uma atividade o agricultor consegue a manutenção da unidade produtiva, por meio do predomínio econômico de uma ou duas atividades destinadas, fundamentalmente a comercialização, conciliado com o desenvolvimento de outras atividades de caráter secundário para a subsistência. Pois, conforme colocado por Mendes (2005) para enfrentar as exigências e desafios impostos, os agricultores devem ser capazes de adotar estratégias e formas possíveis, considerando conhecimentos de vida e o estabelecimento de redes de diversas tipologias.

Entretanto, muitas vezes, os excedentes gerados pela agricultura familiar são irrisórios frente as necessidade para a reprodução. Isso, explica-se porque assim, como as demais atividades produtivas, a agricultura familiar está submetida às mesmas condições da economia capitalista, perpassando por períodos de crises e de benesses. Como colocado por Kageyama e Bergamasco (1989/1990) sua racionalidade econômica não pode escapar do mecanismo geral vigente na sociedade capitalista, de busca de um excedente de produção. Nesse sentido, os produtores familiares estão articulados a montante e a jusante à outros setores urbano-industriais durante o processo de circulação dos bens, o que provoca a transferência de parte dos lucros que seriam obtidos pelo produtor à outros atores sociais.

Frente à dificuldade de obtenção de rendas expressivas pelos agricultores familiares, torna-se necessário a realização de financiamentos para investimento e custeio das atividades agropecuárias. Nesse caso, destacam-se como as principais fontes de financiamento, os recursos do PRONAF, os empréstimos de terceiros, além de “adiantamentos” feitos pelos intermediários, isto é, os negociantes dos produtos agropecuários adiantam ou emprestam uma determinada quantia de dinheiro a ser paga com a produção.

No que concerne à comercialização, produtos como milho, feijão, geralmente, destinam ao consumo na própria unidade produtiva, já outros como o leite, a rapadura e a água ardente destinam a comercialização. Em relação à destinação e as formas de comercialização essas podem abarcar leque muito variado, pois os produtos são comercializados desde a escala local a nacional, bem como de forma direta e indireta. A comercialização direta ocorre na medida em os produtos, principalmente a rapadura e a aguardente, são vendidos pelo produtor nos mercados, bares e restaurantes da cidade, nesse caso as quantidades comercializadas são pequenas. Por outro lado, a comercialização indireta ocorre quando, intermediários percorrem boa parte das unidades produtivas comprando os produtos de vários produtores até atingir uma quantidade significativa para desse modo revendê-los em outras localidades, regiões e até mesmo Estados. No caso do leite, existem laticínios locais e regionais que compram o produto diretamente do produtor.

O trabalho e a exploração da terra são determinados pelos ciclos do processo produtivo, estendendo por todo o ano, porém com a intensificação em alguns períodos – época de plantio e colheita, principalmente -, sendo necessária a contratação de trabalhadores assalariados, a utilização de implementos agrícolas e até mesmo maior a quantidade de horas a ser utilizadas. É relevante destacar que, é comum entre as pessoas que trabalham como assalariadas (como tratoristas, carreteiros, domador de animais, carpinteiro, etc), muitas serem membros de famílias que mantém unidades produtivas familiares na região, essa é uma maneira de complementar a renda familiar.

Com relação à força de trabalho da unidade familiar predomina a certa divisão de tarefas, enquanto o agricultor e os filhos assumem as atividades mais pesadas, relacionadas aos cultivos e trato de animais de grande porte, as esposas e filhas assumem as responsabilidades domésticas, cuidados com os animais de pequeno porte e com os vegetais e frutas e atividades artesanais, como costuras e bordados. No caso dos filhos (as), principalmente os

mais jovens, é comum que os mesmos dedique apenas parte do tempo às atividades na unidade de produção, haja vista que a necessidade de um período para se dedicar aos estudos.

Ademais, em decorrência da presença do meio técnico-científico e de grandes empresas revendedoras com assistência técnica também nas pequenas cidades, como é o caso de São Gotardo, é viabilizada a utilização de implementos agrícolas e insumos, até mesmo, pelas pequenas unidades familiares. Com efeito, nas plantações é comum a utilização de calcário, defensivos e adubação química, contudo há de se destacar que, nas hortas e plantas frutíferas para consumo próprio predomina a adubação orgânica. Os defensivos animais (vacinas, vermífugos, rações e complementos alimentares) são muito utilizados, visto serem essenciais para a reprodução dos animais e as exigências dos órgãos de saúde e vigilância sanitária e do mercado que busca produtos de melhor qualidade. Cabe enfatizar que é maior o emprego desses produtos entre os produtores que tem a pecuária como uma das atividades principais, nessas unidades como, por exemplo, na considerada com mais afinco ocorre uma criação semi-intensiva, com a utilização de currais com certa organização, ordenha mecânica, divisão de pastagens, uso de silos e outras medidas.

Apesar das incontáveis dificuldades encontradas pelos pequenos produtores, conforme evidenciado; por meio do desenvolvimento de estratégias, como a diversificação produtiva, produção para subsistência, utilização majoritariamente de trabalho familiar, entre outros, o produtor vem se mantendo na unidade produtiva, bem como conseguido assegurar uma condição socioeconômica relativamente boa. Assertiva comprovada pelo padrão dos imóveis e de bens materiais de sua posse, como os veículos automotores, além do acesso a benesses como a telefonia rural e internet, etc.

No decorrer dos anos transformações nos âmbitos espaciais e sociais, vem se concretizando. Em relação à última destacam-se a redução do número de filhos dos agricultores, que outrora era maior, e o aumento no nível de escolarização. A primeira deve-se a mudanças de hábitos, costumes e aumento das dificuldades para a reprodução de uma família numerosa no contexto em o processo de globalização que encontra-se em seu ápice, maior preocupação dos pais em oferecer condições e acesso a bens distintas das que lhes foi oferecida, a fim de garantir um futuro melhor para os filhos. A segunda explica-se, dentre outros fatores, pelo aumento da facilidade de acesso a escolas e pela valorização da escolarização frente aos novos imperativos gerados pelas transformações.

O reconhecimento das potencialidades da agricultura familiar consiste num primeiro passo a concretização de transformações no espaço rural brasileiro, contudo é mister que ainda ocorram muitas mudanças no âmbito das políticas públicas, que devem assegurar a permanência, ou a busca pelo meio rural, além de melhores condições para produção, por exemplo, reduzindo os custos de produção e valorizando os produtos agropecuários, visto que há um contra-senso onde os insumos possuem preços exorbitantes e os produtos agropecuários preços mínimos, desestimulando os agricultores as práticas agrícolas. Assim, modificações são essenciais, para que os filhos dos agricultores tenham estímulo para permanecer no campo e suceder os pais na condução da propriedade.

Considerações Finais

A partir da década de 1990 as transformações engendradas em âmbito internacional e nacional, como a reestruturação do capitalismo, a globalização, neoliberalismo e o reconhecimento das potencialidades da agricultura familiar, vide o exemplo de países europeus, os Estados Unidos e Japão, que promoveram a modernização da agricultura, em consonância com as restrições ecológicas e socioeconômicas, impulsionaram o incremento dos estudos acerca da agricultura familiar no âmbito do espaço rural brasileiro, e, por conseguinte a valorização desse segmento responsável pela produção, de grande parte, dos alimentos e matérias primas consumidos no mercado interno, porém não beneficiada historicamente.

Neste sentido, revogação da concepção de agricultura familiar como aquela fadada ao desaparecimento, o reconhecimento de sua capacidade de absorver os progressos tecnológicos, de sua importância para suprimento das demandas do setor urbano-industrial e

das especificidades que marcam as unidades de produção em que o trabalho, a terra e os meios de produção estão estreitamente vinculados a família conduz à reformulações no enfoque e terminologias utilizadas em sua designação. Além disso, inicia uma mudança de postura na esfera governamental, ao institucionalizar políticas públicas como o PRONAF.

As atividades agropecuárias representam grande importância na dinâmica da economia do município de São Gotardo. De um lado, decorrentes da implantação do PADAP, estão as modernas atividades agropecuárias, responsáveis pela produção de commodities e hortaliças destinados, principalmente a mercados consumidores de grandes centros urbanos, e pela geração de um mercado de trabalho destinado a especialistas do campo e também os trabalhadores agrícolas – que são os trabalhadores rurais residentes no urbano (bóia-frias). De outro lado, estão as unidades de produção agrícola com base no trabalho familiar, menos favorecidas ao acesso as técnicas e recursos econômicos, mas que baseadas na diversificação produtiva, consubstanciando a noção de multifuncionalidade, revelam as potencialidades desse setor do espaço rural.

Na agricultura familiar, do “*bolsão*” de pequenas propriedades considerado, destaca-se a diversificação produtiva tendo como as principais atividades destinadas à comercialização, a cultura de cana para a fabricação de rapadura e aguardente, e as atividades de pecuária mista (gado para corte e leiteiro), além do desenvolvimento de outras atividades de caráter secundário para a subsistência, como as hortas. Com efeito, apesar das dificuldades, os agricultores permanecem “lutando” na esperança de um futuro melhor.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural**: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília, abril de 1999.

ABRAMOVAY, R. et al. Novos dados sobre a estrutura social do desenvolvimento agrícola no estado de São Paulo. **Reforma agrária**, Campinas, v.25, n. 2-3, p. 142-66, maio/dez. 1995.

ABRAMOVAY, R. **A agricultura familiar na atualidade**. Entrevista concedida ao GIP Agricultura Familiar. Disponível em www.cria.org.br/gip/gipaf, abril de 2000. Acesso em: 15 jun. 2009.

_____. **Bases para a formulação da política brasileira de desenvolvimento rural**: agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Brasília: IPEA, 1998.25P. (Convênio FIPE/IPEA). Relatório final.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, Campinas: Editora da Unicamp, 1992. 275p.

_____. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 11, n.2, p.73-78, abr./jun, s/d. Disponível em http://www.abramovay.pro.br/artigos_cientificos/1997/Agricultura_familiar.pdf. Acesso em: 20 jun. 2009.

ALENTEJANO, P. R. R. **Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro**: repensando a dicotomia rural-urbana nos assentamentos rurais. 1998. 201f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 1998.

_____. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, J. C. (Org). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. cap.4, p.149-178.

ANJOS, F. S. dos. **Agricultura familiar em transformação**: os colonos-operários de Massaranduba (SC). Pelotas: UFPEL, 1995. 120p.

BAIARDI, A.; MENDES, J. Agricultura familiar no Semi-árido: fatalidade de exclusão ou recurso para o desenvolvimento sustentável? **Revista Bahia Agrícola**, Salvador, v.8, n. 1, p.28-41, nov. 2007.

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, Sergio. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006. p.

165-185.

CORRÊA, R.L. A urbanização nas áreas de cerrado: algumas notas. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v.7, n. 13 e 14, p.147-150, jan/dez. 1995.

DEL GROSSI, M.E.; GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural**: uma abordagem ilustrada. Londrina: Instituto Agrônomo do Paraná, 2002.v. I-II.

DELFIM NETTO, A. **Ensaio sobre café e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Café, 1973.

DELGADO, G. da C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas: Ed. Unicamp, 1985. 240p.

DESER- DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIOECONOMICOS RURAIS. **Novas regras do PRONAF**. Curitiba, 1999. 7p.

FRANÇA, M. **O cerrado e a evolução recente da agricultura capitalista**: a experiência de Minas Gerais. 1984. 169f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1984.

FAO/INCRA, **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**: resumo do relatório final do projeto UTF/BRA/036. 2. versão, 1996.

FAO/INCRA. **Novo Retrato da Agricultura Familiar**: O Brasil redescoberto. Projeto de Cooperação Técnica INCRA / FAO. Brasília. Março de 2000

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. (Coleção pesquisas, 1).

_____. **Estrutura Agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1978. 240p.

_____. Uma década perversa: as políticas agrícolas e agrárias nos anos 80. In: GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1998. cap. 4, p. 105-149.

GUANZIOLI, C. E. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288 p.

_____. Pronaf dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. In: CONGRESSO SOBER, XLIV, 2006, Fortaleza. Anais... Brasília:SOBER, 2006. p. 1-20. Disponível em <http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/>. Acesso em: 16 jun. 2009.

GUIMARAES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. 4.d. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983. 197p.

HESPANHOL, R. A. M. **Produção familiar**: perspectiva de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente. 354 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA – **IBGE**. Censos demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000. Rio de Janeiro.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA – **IBGE**. Censos agropecuários de 2006 e 2007. Rio de Janeiro.

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S. M.P.P. A estrutura de produção no campo em 1980. **Perspectivas**, São Paulo, n. 12 -13, p.55-72, 1989-1990.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Tradução de Die Agrafragel. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LAMBERT, J. **Os dois Brasis**. São Paulo: Nacional, 1959. 277p.

LAMARCHE, H. (Coord.) **Agricultura familiar**: comparação internacional. Tradução de A. M. N. Tijiwa. Campinas: Unicamp, 1993, v. 1. 336p.

- LAURENT, C. **La multifunciotnalité de l'agriculture**. Paris: Inra-SAD, 2000. 12p.
- LÊNIN, V. I. **Desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MALUF, R. S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: CARNEIRO, Maria Jose; MALUF, Renato S. (Org.). **Para além da produção**: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar. Rio de Janeiro: MAUAD. 2003. p. 135-152.
- MARAFON. G. J. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 17-60, fev. 2006. Disponível em: <http://www.campoterritorio.ig.ufu.br> Acesso em: 15 jun. 2009.
- MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981. 185p.
- MENDES, E. de P. P. **A produção rural familiar em Goiás**: as comunidades rurais no município de Catalão (GO). 294 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.
- OLALDE, A. R. **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável**, 2004. Disponível em <http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo3.htm>. Acesso em: 15 jul. 2009.
- PAIVA, R. M. O mecanismo de auto controle no processo de expansão da melhoria técnica da agricultura. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro. n.3, p. 5-38, 1968.
- PRADO JÚNIOR. C. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966. 217p.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO. História cidade. Disponível em <http://www.saogotardo.mg.gov.br/hist>. Acesso em: 20 jul. 2009.
- SABOURIN, E. Desenvolvimento rural e abordagem territorial: conceitos, estratégias e atores. In: SABOURIN, E; TEIXEIRA, O. A. (Org.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais**. Brasília: EMBRAPA, 2002. p. 21-37.
- SAMPAIO, C. P. da S. Agricultura Familiar: Bloqueios e precariedades. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XL, 2002. Passo Fundo. **Anais...** Passo Fundo: SOBER/UPF, 2002. CD-ROM.
- SANTOS, M. A. dos. A influência do ciclo de vida dos domicílios nos movimentos migratórios nas regiões de fronteira agrícola no cerrado brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, V., 2007, Campinas - SP. **Anais...** Campinas: NEPO / UNICAMP, 2007. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/>. Acesso em: 15 jun. 2009.
- SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e pluriatividade. In: ____ **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1999. p. 165-194. Série Estudos Rurais.
- _____. A pluriatividade como estratégia de reprodução da agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. cap. 5, p. 177-228.
- _____. **A PLURIATIVIDADE NO BRASIL**: PROPOSTA DE TIPOLOGIA E SUGESTÃO DE POLÍTICAS. FORTALEZA: SOBER, 2006.
- _____. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 1-20, fev. 2003.
- SEBRAE-MG. **Diagnóstico Municipal**. São Gotardo. 2001.
- SOARES, A. C. A multifuncionalidade da agricultura familiar. **Proposta**, São Paulo. n. 87, p.40-49, dez./fev. de 2000/2001.
- TEIXEIRA, V.L. **Pluriatividade e agricultura familiar na região serrana do Estado do Rio de Janeiro**. 189f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento da Agricultura e Sociedade, UFRRJ, Rio de Janeiro, 1998.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: Edusp/Hucitec, 1991. 219p.

VENÂNCIO, M. **Território de esperança**: tramas territoriais da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos no município de Catalão (GO). 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2000. p. 21- 56.